

«RECORTE»

Apartado 2571
Lisboa-C, Portugal
Telef. 4 8301

PLATEIA	Lisboa
ALGARVE ILUSTRADO	Faro
NORTE DESPORTIVO (O)	Porto
NABÃO (O)	Tomar
RECORD	Lisboa
NOTÍCIAS de GUIMARÃES	Guimarães

-9. III. 1976

O CASO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

387

Reunião pública na Câmara Municipal de Guimarães

«Fomos o berço de uma Nação e não de um regime qualquer»

Há datas que a História regista como marcos imorrederos de uma terra ou de uma nação.

Sucedendo-se a prazo mais ou menos longo, são cadeia de exemplos que perduram dando alento e vida a qualquer burgo, por apagado que pareça ser.

Nestas datas se revêem os habitantes de cada terra.

Neste aspecto muito se pode orgulhar a velha urbe afonsina.

Há datas que a História regista como marcos imorrederos duma terra ou de uma Nação. Sucedendo-se a prazo mais ou menos longo, são cadeia de exemplos que perduram dando alento e vida a qualquer burgo, por apagado que pareça ser. Nestas datas se revêem os habitantes de cada Terra. Neste aspecto muito se pode orgulhar a velha Urbe Afonsina. Sendo o Solo onde pela primeira vez bateu o coração de Portugal, onde nasceu para o mundo mais uma Pátria Civilizada, aqui se vivem e sentem momentos trascen-

dentos de retulgentes gloria, que ilustram uma História impar. Sucedida de quando em vez, pelos ventos da inveja e da calúnia, esta Guimarães de S. Mamede, continua firme, inabalavel, irreduzível. As «mortadellas», por mais agrestes que se affigrem, não a intimidam. Antes reforçam uma vontade adamita, baseada na pátria que lhes assiste, ao defender com todas as veras do seu ser, um patrimonio legado, não mendigado, na plena satisfação duma justiça que tardava em ser-lhe reconhecida.

Da 6 de Julho de 1956. Outra data gloriosa na vida de Guimarães. Espiciçada a alma vimaranense no

(CONTINUA NA 5.ª PÁGINA)

o caso da Universidade do Minho

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA)

que tem de mais sagrado, reúne de imediato na *Domus Municipales*. O Salão Nobre sendo pequeno para comportar tão elevado número de pessoas, foi substituído pelos claustros do mesmo edifício, onde funcionou a importante reunião, a que nos vamos reportar.

Ao ar livre melhor se pôde abrir o coração dos vimeiranos, arindo novas energias na defesa dos seus inalienáveis direitos. Centenas, muitas centenas de pessoas quiseram com a sua presença, mais uma vez, — e não será a última com certeza — alertar os Poderes Centrais, para a Vímia que se lhe trama, associando-se aos seus lúdimos representantes, na intenção de gritar bem alto que as **TECNOLOGICAS**, *vão de Guimarães*, porque o Governo da Nação assim o entendem. E não fez favores!... Prestou simplesmente justiça.

AS TECNOLOGICAS SÓ FICARÃO EM BRAGA, QUANDO SE TIVER DE PASSAR SOBRE O CADAVER DE UM VIMAIRANENSE!

Em pleno Claustro do Convento de Santa Clara, a servir de sede a Câmara Municipal de Guimarães, teve lugar portanto uma reunião pública convocada para o efeito. Na mesa da Presidência sentaram-se o Presidente da Comissão Administrativa da C. M. G. e restantes membros, a Direcção da Unidade Vimeiranesa, e deputados à Assembleia da República. A sua volta o Povo. Abriu a memorável sessão o Sr. Abílio Costa, membro da C. A. da C. M. G. para expor as razões daquela reunião. Seguidamente usou da palavra o Sr. Alberto Meireles Pinto Graça, cujo discurso publicamos:

Senhores:

De novo interrompemos um merecido descanso entre duas jornadas de trabalho na tentativa de respondermos a provocações daqueles que, pagos por nós, ocupam o melhor do seu tempo no estudo de manobras conducentes ao esbulho de quanto, por direito próprio, nos pertence!

De novo o Povo Vimeiranesa responde, por forma concreta e expressiva, a chamada dos que têm por missão defender os interesses de toda uma região sistematicamente defraudada nos seus direitos mais directos e comecinhos.

Neste caso o inalienável direito à instrução e cultura dos nossos filhos!

Queremos vincar, antes de mais, que não estamos em luta contra os direitos de ninguém: lutamos e defendemos apenas os direitos próprios, direitos que foram reconhecidos por sucessivos Governos, direitos que brotam, cristalinamente e puros, do trabalho de um Povo inteiro que se traduz, ano após ano, numa massa tributável tão expressiva que só pode ser contrariada e subvertida pela creniência de uns poucos manobreadores políticos: o Povo de Braga não tem culpa dessas manobras porque elas surgem acima da sua própria vontade e derivam exclusivamente de vaidadezinhas mal disfarçadas de uns quantos que, verberando o haurismo e coação cívica dos vimeiraneses, exploram por todos os meios e em seu favor o natural haurismo das gentes bracarenses!

Afirmamos isto bem alto porque não consideramos diferente o Povo de Braga do Povo de Guimarães; porque nos consideramos um só Povo e, acima de tudo, um Povo que não pode ser instrumentalizado para servir de signios de grupos. Figue dito, de uma vez por todas, que nada temos contra Braga, contra o Povo de Braga, certos de que esse Povo nada pretende usurpar. Temos sim, e muito, contra certos manobreadores especializados que continuam a deslejar aumentado um *palmaris* notável de melhoramentos arrancados a todo o Minho em benefício único e exclusivo duma capital de distrito, benefício que só aparentemente o serão dessa cidade e desse Povo honesto que dizem representar, mas, acima de tudo, benefícios directos e imediatos do grupo manobrador que não hesita em lançar Povo contra Povo!

Nós temos de evitar este clima divisionista que não aproveita ao Povo e serve apenas certos senhores; temos de dizer não à manobra, à insidia, à desvergonha e à mistificação já produzida. Temos de nos erguer todos, Povo que somos, na defesa do bom nome de toda uma província e evitar que a instalação da U. M. se transforme num escândalo; ao Povo de Braga tudo quanto lhe pertence, ao Povo de Guimarães a sua parte e ao Povo dos restantes concelhos — que não podem ser esquecidos e tão prejudicados têm sido também — a sua quota-parte de progresso!

Não à exploração! Não ao medo! Não à desonestidade de processos. Não à guerra entre povos irmãos! Não ao divisionismo — a arma dos inepstos!

Vincamos hoje aqui, por forma significativa, uma luta contra a INJUSTIÇA. Luta desigual, acidentada, porque travada entre o Povo e os *Doutores*. Mais desigual ainda porque travada entre uns tantos que **TRABALHAM E LUTAM** e outros que só pensam em fomentar a guerra, utilizando os poderosos meios postos à sua disposição, meios que vão dos capitais públicos, pagos pelos trabalhadores, aos poderosos argumentos «científicos» que certos senhores colheram e que na base foram igualmente pagos pelo Povo.

Luta portanto que repudiamos de raiz e não aceitamos de bom grado mas à qual sabemos responder com os argumentos simples da RAZÃO e da JUSTIÇA, estes imanes da nossa força de trabalho, do nosso querer colectivo, da nossa vontade de vencer o futuro.

E não trabalharemos na sombra em que se ocultam, não desceremos à penumbra das sacristias nem à chantagem da sacramentação sistemática dos Reis. Faremos a luta à nossa maneira, à luz plena do sol, tal como nossos ancestrais lutaram em S. Mamede e arrancaram de vez o sonho da nossa Pátria, Pátria de novo em perigo e que só um tremendo querer de todo um Povo, na convergência de todas as suas forças, pode salvar.

E para tanto daqui dizemos aos doutores que deles necessitamos enquanto Mestres, enquanto pedagogos, enquanto virados aos interesses sociais do Povo; daqui dizemos aos doutores que esperamos do efectivo concurso do seu trabalho intelectual a melhoria das condições de vida dos nossos filhos; daqui exortamos os doutores a saberem manter, como outrora sabiam, o respeito do Povo; pela dignidade de processos, pela honestidade de princípios, pela superioridade intelectual que o Povo deles espera!

E hora de trabalho e de luta; é hora de falar menos e trabalhar mais; é hora de verdadeira unidade de esforços.

E hora muito consequente de vermos a UNIVERSIDADE DO MINHO em rápido funcionamento nos **PRINCISOS LOCAIS** que foram determinados e sem possibilidade de mais teorização. Hora de acção, plena e absoluta, tanto para o tecelão que vê o pão salgado do suor sadio do trabalho manual como para o intelectual a que compete a rápida transmissão do saber acrescentado.

E para que saiba isto que aqui vemos e não damos rovidade: será apenas coisa nova para aquela meia dúzia que, investida em funções determinadas, pretende ultrapassar o limite dessas funções. De resto, Povo e Governo, já disseram como eram: cumpram a vontade do Povo, cumpram as ordens do Governo, instalem as Faculdades, ensinem os nossos filhos e deixem-se de teorias que os capitais são escassos, os impostos pesados e suados, o desperdício crime.

A instrução tem de vir ao Povo! Os Mestres têm de ter, para além de reconhecida sabedoria, a inquebrantável vontade e pressa de ensinar. Sem olhar a comodidades pessoais. Sem tergiversar os propósitos. Sem hesitações. Com honestidade total.

E nós, geração que teve de suprir a instrução pelo engenho e pelo trabalho; e nós que assistimos a perdas irreparáveis de verdadeiros cérebros meninos, condenados ao trabalho braçal pelas miseráveis condições económicas dos pais; e nós que viemos até aqui na esperança de ver criada a NOVA UNIVERSIDADE — aberta aos mais aptos independentemente da sua situação financeira — exigimos

dos intelectuais válidos a urgente criação dessa Universidade!

Sem demores. Sem teorias estérteis. Hoje!

Porque os nossos filhos crescem e não podem crescer ignorantes: isso fizemos nós, vítimas dum tempo que não queremos ver repetido. Erro trágico na base da nossa tragédia, erro que não consentiremos renovado por mais que soem as trombetas dos insubstituíveis!

Daqui, de Guimarães, do berço desta Pátria que ainda somos, EXIGIMOS ENSINO AUTENTICO E ABERTO PARA TODOS. A partir de Universidades que visem cumprir autenticamente as suas funções, ao lado do nosso tear, da nossa enxada, do nosso cajado; com mestres em mangas de camisa, sem chinelos nem barretes, decididamente resolvidos a ajudar-nos a reconstruir PORTUGAL.

Porque não pedimos só as Faculdades para Guimarães: queremos mostrar também que é possível distribuir o ensino por diferentes pontos do País, acabar de vez com a macrocefalia desta Pátria e com as veleidades de hegemonia cultural de certas urbes. Queremos ajudar a construir um País novo.

E fomos nós que arrancámos para a construção do velho.

Que ninguém o esqueça: fomos o Berço de uma Nação e não de um regime qualquer! Somos capazes de repetir em muitos aspectos, com provas dadas.

ENSINO PARA TODOS!
TRABALHO PARA TODOS!
DIGNIDADE PARA TODOS!

Falaram depois os Srs. Francisco Soares Teixeira, para salientar o atraso cultural duma região, nomeadamente do Vale do Selho onde reside; Eng.º José Pinheiro, que como aluno da U. M., em extensa exposição assinada por mais catorze colegas, historiou a criação daquele estabelecimento de ensino, com as derivantes que a sua polarização suscitou. Documente precioso, que vai ser enviado ao MEC, sob a responsabilidade dos signatários, a fim de evitar desvios ou atropelos indesejáveis. A terminar afirmou: — «As tecnológicas só ficarão em Braga, quando se tiver de passar sobre o cadáver dum vimeiranesa».

Pelo Secretário da Sessão foram anunciados mais de um milhar de cartas, telefonemas e telegramas recebidos, alguns dos quais pôde ler. Falou depois o Dr. Fernando Alberto Ribeiro da Silva, para evocar o dia 10 de Dezembro, como data da criação da Unidade Vimeiranesa e afirmar que o 6 de Julho, será o arranque definitivo para a instalação das Tecnológicas nesta cidade.

Alertou a população para a tenidiosa manobra da demissão da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, ao colocar os seus lugares à disposição do Governo. Depois falou o Professor José Augusto de Vasconcelos, para apresentar uma extensa e bem elaborada moção, que a assembleia aprovou por aclamação. Falaram ainda António Rodrigues Peixoto e Fernando Sequerra Horiz, este para propor, como vimeiranesa, que se as Tecnológicas não começassem a funcionar já em Outubro em Guimarães, a demissão incondicional da C. A. da C. M. G. (e das Juntas das Freguesias do concelho, lembrou o Dr. Fernando Alberto) e que nenhum vimeiranesa tomasse conta da administração concelhia, sem primeiro ver satisfeito o teor do Decreto que instala em Guimarães o curso de Tecnologia da U. M.

Encerrou a sessão o Sr. Edmundo Marques de Campos, primeiro responsável pelos destinos deste concelho, para afirmar que hoje como sempre não desfalecerá na defesa total e permanente dos direitos que assistem a Guimarães e ao seu Povo. Aceitou e apoiou a moção que visa o abandono das funções se não for atendido o que está legislado sobre as Tecnológicas e apresentou também outra moção que pressiona o Governo no sentido de decretar de Utilidade Pública o terreno apresentado pela C. M. G. com a colaboração da U. V. e aprovado pelas entidades competentes, para a instalação dos Cursos Tecnológicos. Sob o signo de *Bairrismo e Fé* terminou esta memorável jornada, que por certo e a curto prazo frutificará. E Guimarães que o exige, a bem da cultura da região do Vale do Ave, que domina.